

28 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Professores descartam retorno das aulas após liminar do TJ

Tribunal de Justiça determina retorno imediato às atividades e amplia as multas, mas categoria decide manter a paralisação até que projeto da Parana Previdência seja votado na AL

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Em um dia marcado por manifestações de professores estaduais e universitários em greve no Paraná, o Tribunal de Justiça (TJ-PR) determinou ontem que a categoria deve retornar imediatamente às salas de aula. O desembargador Luiz Mateus de Lima considerou a greve ilegal e ampliou o valor da multa diária de R\$ 20 mil para R\$ 40 mil em caso de descumprimento da decisão por parte da APP-Sindicato, que representa os servidores do ensino fundamental e médio do Paraná. Já a multa diária para onze entidades sindicais, do ensino superior, passará de R\$ 3 mil para R\$ 10 mil.

A decisão dá base legal para os descontos dos dias parados dos salários dos grevistas e prevê que as entidades sindicais têm 24 horas para comunicar a suspensão da greve para todos os seus filiados. Em caso de descumprimento, a Justiça determina

multa diária de R\$ 500 aos presidentes dos sindicatos. Os grevistas estão ainda proibidos de obstruir, de qualquer modo, o acesso a escolas ou a qualquer outro órgão público estadual ou de impedir o trabalho de outros servidores públicos. O desembargador também autorizou o uso de força policial, caso seja necessário.

A professora Marlei Fernandes, diretora da APP-Sindicato, disse ontem que a entidade ainda não havia sido notificada da decisão até o início da noite e que iria recorrer. "Somos contrários que o governo faça judicialização da greve". Segundo ela, a greve continua. Marlei acrescentou que a APP também entrou com um agravo de instrumento no TJ-PR para tentar derrubar uma liminar concedida pelo Judiciário, que havia proibido o sindicato dos professores de ocupar o prédio do Legislativo e assegurou o uso de força policial para garantir o cumprimento da decisão. Em caso de nova invasão, os servidores terão que pagar multa

diária de R\$ 100 mil, e a decisão judicial será convertida em reintegração de posse.

ADESÃO

Um grupo de advogados chamado Direito para Todos protocolou habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ), questionando o sítio ao Centro Cívico e exigindo a suspensão do cerco. A medida visa garantir a livre circulação das pessoas que quiserem participar de manifestações no Centro Cívico.

De acordo com a diretora da APP, 80% de um total de 80 mil professores e 20 mil funcionários das escolas aderiram à greve ontem. O sindicato calcula que dos 1,1 milhão de alunos, cerca de 900 mil estavam sem aulas ontem e 80% das 2.140 escolas estavam paralisadas. "A categoria se sentiu afrontada com a retirada de direitos em relação à previdência", disse Marlei Fernandes. Ela disse que a medida que o governo usou de cercar a Assembleia Legislativa com grades e utilizar mais de mil policiais para impedir a entrada dos manifestantes foi antidemocrática e arbitrária.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

DESCONTO

O governo do Estado informou que vai descontar os dias parados do salário dos professores. Os Núcleos Regionais de Educação foram orientados a repassar à Secretaria de Estado da Educação a relação completa dos profissionais que aderiram à greve. A adesão média ao movimento é de 60%, segundo a Secretaria de Educação.

“O movimento é pacífico. Ao invés de dialogar, o governo coloca a força policial”, disse o presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão. Segundo a APP, cerca de 1.500 policiais que foram chamados para cuidar da segurança da Assembleia Legislativa e do Palácio Iguaçu. “É muita provocação e desrespeito. As escolas estão ‘quebradas’, sem condições físicas. Se o governo descontar os dias parados da greve, isso desobriga os professores de repor as aulas”, disse. Ele acredita que, caso seja aprovado o projeto da previdência, no prazo de dois anos, ocorreria um colapso no fundo financeiro.

Segundo ele, a ideia era manter uma vigília de manifestantes na Praça Nossa Senhora de Salete, no Centro Cívico. De acordo com informações da APP, ontem a manifestação reuniu cerca de 5 mil professores. Houve um pequeno princípio de tumulto quando um grupo de manifestantes tentou entrar no Palácio Iguaçu, mas eles foram contidos rapidamente. Todo o perímetro da Assembleia foi cercado por grades e com a presença de policiais em toda esta extensão. As ruas que dão acesso à Assembleia pela entrada principal e pelos fundos foram fechadas para o trânsito.

28 ABR 2015

‘Decisão é completamente equivocada’

O presidente da APP Sindicato em Londrina, Márcio André Ribeiro, afirmou que a greve continua hoje com a suspensão das atividades nos colégios estaduais. Ele adiantou que o departamento jurídico do sindicato já avalia o procedimento para recorrer das liminares para o retorno às aulas. “A decisão é completamente equivocada e vamos recorrer até as últimas instâncias. Apenas uma nova assembleia da categoria pode aprovar o fim da greve”, rebateu.

Ribeiro informou que caravanas de professores de Londrina vão acompanhar hoje, na Assembleia Legislativa, em Curitiba, a votação do projeto de lei, que autoriza a transferência de recursos do Parana-previdência para o cofre estadual.

Já o presidente do Sindiprol/Aduel, Renato de Lima Barbosa, defendeu a “clareza da legalidade do movimento”, que definiu por paralisações dos

professores da Universidade Estadual de Londrina (UEL) nos dias de votação do projeto de lei com alterações da Parana-previdência. “Se retirar o projeto da pauta, nós voltaremos imediatamente para salas de aulas. Enquanto isso, a decisão liminar não muda em nada as decisões tomadas pela categoria nas últimas assembleias”, afirmou Barbosa, que está em Curitiba. (Rafael Fantin/Reportagem Local)

28 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA -

Um ato institucional

O entendimento amplo da liminar concedida à direção do Legislativo estadual tem, porque exercida num suposto Estado de Direito Democrático, a força de Ato Institucional daqueles, a que cada crise, se valiam os chefes militares. É como se o Eduardo Cunha ou o Renan Calheiros obtivessem licença do Judiciário para impedir que os debates sobre terceirização e menoridade penal, que tanto dividem a sociedade, se dessem em sessões sem a presença de público.

A criminalização do público em geral e dos manifestantes em particular, com o aparato castrense e castrante da Polícia Militar cercando o Parlamento, ampara um imaginário direito de Estado e que nega o da população. De repente, há uma prioridade, a do ajuste fiscal, com ataque aos recursos do fundo de pensão, acima do livre direito de manifestação. Se é verdade que aquelas ocorrências do primeiro trimestre revelaram abusos de invasores do Legislativo com a coação a parlamentares e atos predatórios (inclusive cárcere privado de servidores legislativos), nada justifica que se retire o caráter público das ações dos parlamentos.

É o que dá a frouxidão crônica de governos com relação aos professores que jamais sofreram qualquer sanção pelos dias parados, como se tratasse de algo absolutamente herético fazê-lo. De todo o aparato defensivo do governo, aliás jamais empregado, o do não pagamento dos dias parados, é fundamental porque se trata da melhor defesa possível para manter o equilíbrio de ações. Se houvesse isso em fevereiro e março, certamente, a essa altura, essas manifestações favoráveis a uma greve não teriam o caráter plebiscitário constatado e a direção sindical sofreria pressões da base por essa sanção mínima antes os efeitos na vida de cada um, altamente tumultuários nos orçamentos domésticos.

Para poupar-se de desgastes e fazer o bom moço, o governo cedeu em tudo sem reação aos abusos que deixaram o Paraná sem aulas, tanto que quando cortou o adiantamento de férias dos funcionários estaduais fez questão de assinalar que tal restrição não atingiria a categoria privilegiada. Como o professorado é, portanto, causador das condições da crise atual, o que não exclui, é claro, a legitimidade da aspiração do funcionalismo em defender a ParanaPrevidência.

Greve sem resistência é alegoria e que desfigura o senso de "ultima ratio" que ela contempla, o da ruptura da paz social. Tolerada, é demagogia das mais primárias; enfrentada, ela engrandece os polos em conflito e dá dimensão política das mais honrosas ao sindicalismo obreiro e patronal.

FOLHA DE LONDRINA 28 ABR 2015

INFORME FOLHA

Direito polêmico

A justificativa do presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Ademar Traiano (PSDB), para o pedido judicial da Mesa Executiva para manter manifestantes fora do Legislativo durante as sessões com o projeto de lei da Paraná Previdência em pauta, no início da sessão extraordinária realizada ontem à noite, não foi bem recebida por outros parlamentares. Ao replicar aos seus pares a explicação dada previamente à imprensa, terminou a fala com o célebre comparativo de que “o meu direito termina onde o do outro começa”. “Isso tem de ser respeitado. E não foi isso que ocorreu em outras manifestações”, disse, referindo-se às manifestações que impediram o pacote do governador Beto Richa (PSDB) ser todo tratado com “tratoração” em fevereiro.

Regime de exceção

A justificativa foi rebatida de pronto pelo deputado estadual Rasca Rodrigues (PV). Para ele, convocar policiais militares para manter manifestantes longe de uma casa legislativa é como caminhar “para medidas de regime de exceção”. “Parlamento fechado, povo descontente e não acredito que o resultado dos acontecimentos na última votação tenha um lado só de responsabilidade”, disparou, considerando a possibilidade de falta de competência da própria AL para lidar com a situação. “Essa Casa nunca ficou com a galerias fechadas durante o tempo que estou aqui. Nunca foi fechada essa casa principalmente àqueles que as medidas que estamos votando afeta”, reclamou.

E o regimento?

Rasca questionou Traiano sobre o que diz o Regimento Interno (RI) acerca de impedir acesso da população às galerias da AL. O presidente reiterou que a decisão de buscar a Justiça tem respaldo na Mesa Executiva e que é responsabilidade dele garantir a segurança aos deputados. Tadeu Veneri (PT), entretanto, alertou que o artigo 109 do RI prevê que as sessões serão abertas ao público sob qualquer situação e que a liminar concedida pela Justiça apenas proíbe esbulho e turbação do plenário, mas não o acesso ao interior. “Podemos estar entrando num caminho que pode culminar com a anulação da sessão”, disse o petista. Traiano rebateu que há ampla cobertura de jornais e que a sessão foi transmitida ao vivo pela TV Sinal. “Não se está escondendo nada. Eu estou amparado por uma decisão judicial e vou cumprir. Que não gostar de cumprir, que procure os meios legais”, finalizou o tucano.

28 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

OAB Londrina lamenta morte do criminalista Mauro Viotto

O corpo do advogado criminalista Mauro Viotto foi sepultado ontem à tarde no Cemitério São Pedro, em Londrina. Ele morreu aos 86 anos durante a madrugada de ontem no Hospital Mater Dei, onde estava internado. As causas do falecimento de Viotto não foram divulgadas. Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lamentou a morte do criminalista, que já havia sido presidente e conselheiro da entidade no município. "A OAB Londrina está de luto pelo colega que foi um exemplo de dedicação ao trabalho. Advogado extremamente combativo, Viotto deixa um vazio na advocacia criminal do Paraná", destacou a entidade na nota.

MILITÃO

OAB de luto

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Londrina, está de luto pelo falecimento do seu ex-conselheiro e ex-presidente, o dinâmico e combativo Mauro Viotto, ocorrido na madrugada de segunda-feira. Ele foi sepultado ontem à tarde, no Cemitério São Pedro. Foi velado no salão do Tribunal do Júri de Londrina e centenas e centenas de amigos estiveram em seu velório. Mauro Viotto foi também advogado, diretor e presidente do Londrina Esporte Clube.

Além de torcedor do Londrina, era palmeirense desde garoto no interior paulista. Estudou Direito em São Paulo. E quando presidente do Tubarão, trouxe o ex-zagueiro Djalma Santos para ser técnico do Londrina. Foi amigo dos seus amigos. Que Deus o tenha.

28 ABR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

GOVERNO FALHA NA COMUNICAÇÃO
E APELA PRA FORÇA



É NA MARRA!

Palácio diz que reforma da previdência foi amplamente discutida, mas maioria dos servidores não conhece o projeto e não confia. Isolados por um cordão de PMs, deputados começaram a votar as emendas. Greve dos professores foi considerada ilegal pela Justiça, mas eles dizem que não voltarão às aulas.

TRIBUNA DO PARANÁ 28 ABR 2015

MUDANÇA

FORÇADA

Com Assembleia cercada por PMs e manifestantes, deputados aprovam projeto da Previdência

Giselle Ulbrich
giselleul@tribunadoparana.com.br

Depois de 29 dias de greve entre fevereiro e março, professores da rede estadual paralisaram novamente as atividades ontem. O principal motivo é porque eles são contra o projeto de lei 252/2015, que prevê mudanças na Paraná Previdência - fundo que paga a aposentadoria de servidores estaduais e pensionistas -, aprovado ontem em primeiro turno na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep).

Professores de todo o Paraná vieram a Curitiba tentar acompanhar a votação. No entanto, foram barrados pelo cordão de policiais ao redor da Alep. Entre a barreira e os grevistas ainda haviam grades, instaladas na noite anterior. O bloqueio foi uma medida conseguida pelo governo na Justiça, para evitar nova invasão, como a ocorrida em março.

O projeto tem o objetivo de desafogar emergencialmente o caixa do Estado, utilizando recursos da Paraná Previdência. O governo afirma que, com a medida, não haverá falta de dinheiro para pagar os aposentados e pensionistas até daqui a 29 anos. Do outro lado, servidores estaduais afirmam que haverá déficit de R\$ 12 bilhões nos próximos dez

anos e a medida só resolverá problema emergencial do Estado.

DISCUSSÃO

Os deputados aprovaram o projeto de lei no fim da tarde, por 31 votos a 21, em primeira discussão. O projeto voltará hoje para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisará possíveis emendas dos deputados. Depois, volta ao plenário para mais duas votações, previstas para amanhã. Sendo aprovado, segue para a sanção do governador Beto Richa.

ILEGAL

O desembargador Luiz Mateus de Lima, do Tribunal de Justiça do Paraná, determinou que os professores estaduais e universitários grevistas devem retornar imediatamente às salas de aula. O magistrado considerou a greve irregular e ampliou o valor da multa diária para caso de descumprimento da decisão.

A multa para a APP-Sindicato passará de R\$ 20 mil para R\$ 40 mil. Já a multa diária para nove entidades sindicais, que representam o ensino superior, passará de R\$ 3 mil para R\$ 10 mil. Os sindicatos têm até cinco dias para informar os servidores da decisão. No entanto, Marlei Fernandes, diretora da APP-Sindicato, disse que os professores vão continuar em greve, porque o sindicato não foi comunicado oficialmente da decisão. O governo disse que vai descontar os dias parados do salário dos professores que aderiram ao movimento.

CONTINUA

28 ABR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

ParanáPrevidência tem dois fundos (criados em 1998)

ParanáPrevidência	ParanáPrevidência Complementar
<ul style="list-style-type: none">▶ Englobaria os já aposentados e pensionistas e os servidores prestes a se aposentar.▶ De onde vem a grana: definiu-se que o governo usaria o Tesouro Estadual para pagá-los até a morte. A estimativa é a de que, em até 35 anos, por causa da idade, este grupo de servidores não exista mais.	<ul style="list-style-type: none">▶ Servidores masculinos até 50 anos e femininos até 45 anos.▶ De onde vem a grana: imóveis, antecipação de royalties da Itaipu, contribuições do poder público (governo dá ao fundo 11% do salário de cada servidor) e contribuições de servidores (que tem 11% descontados em folha).
<p>Em 2012:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Governo tirou um grupo de servidores do fundo previdenciário para o financeiro. Mas, ao que tudo indica, grupo foi muito grande e governo tenta agora "devolver" uma parte do grupo.▶ Quem são: 33 mil aposentados e pensionistas com mais de 73 anos. Segundo estimativas do IBGE, este grupo deve estar extinto em 10 anos.▶ Do que vai adiantar: o dinheiro que seria usado pelo fundo previdenciário para pagar este grupo será usado, segundo o governo, para investimentos em saúde, educação e segurança pública. É o único dinheiro, diz o governo, disponível para recompor as finanças estaduais.	
ParanáPrevidência Complementar	ParanáPrevidência
<ul style="list-style-type: none">▶ Não vai faltar dinheiro para pagar servidores aposentados e pensionistas.▶ Com a mudança e com o que já existe investido hoje na ParanáPrevidência haverá dinheiro suficiente para pagar aposentadorias até daqui 29 anos.▶ Com investimento de R\$ 1 bilhão que o governo promete fazer na ParanáPrevidência, estima-se que, ao invés de 29 anos, haverá dinheiro suficiente para até daqui 33 anos.▶ Especialista alerta: para resolver a falta de dinheiro depois destes 29 (ou 33 anos), é necessário criar este ano ainda uma previdência privada estadual (complementar), para aqueles servidores que passarem a ganhar mais do que o teto do INSS, que hoje está em R\$ 4.663,75.	<ul style="list-style-type: none">▶ Hoje a ParanáPrevidência tem capacidade para pagar servidores aposentados por até 57 anos. Novo projeto vai reduzir muito a capacidade.▶ Com 33 novas mil pessoas no fundo previdenciário, o déficit da ParanáPrevidência vai chegar a R\$ 12 bilhões em até 10 anos.▶ Hoje o governo vai tirar dinheiro que está aplicado. Por isto, daqui 10 anos, fundo corre risco de não se recompor.▶ Problema não vai trazer resultado para problemas financeiros futuros do governo. Só será um respiro imediato e servidores temem que, daqui dois ou três anos, em nova dificuldade financeira do Estado, o governo volte a mexer na ParanáPrevidência.

* segundo o especialista previdenciário Renato Follador, criador do ParanáPrevidência, em 1998. / ** cálculos da APP Sindicato

-COMPLEMENTAR

O especialista em previdência Renato Follador diz que a atual proposta do governo é viável e não vai prejudicar o pagamento futuro da aposentadoria de servidores. Mas ele alerta que o governo precisa tomar outra medida: criar uma

previdência privada estadual, para servidores que ganham acima do teto do INSS (atualmente R\$ 4.663,75). "Não tem sentido o governo adotar esta lei sem implementar também a previdência complementar", alerta. (GU)

28 ABR 2015

BEMPARANÁ

TJ considera greve de professores ilegal

O desembargador do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná Luiz Mateus de Lima determinou que os professores estaduais e universitários em greve retornem imediatamente às aulas. A Justiça considerou a greve ilegal e estabeleceu multa diária para caso de descumprimento da decisão. A multa para a APP-Sindicato passará de R\$ 20 mil para R\$ 40 mil. Já a multa diária para onze entidades sindicais, que representam o ensino superior, passará de R\$ 3 mil para R\$ 10 mil.

As decisões dão base legal para os descontos dos salários dos grevistas. As liminares preveem que as entidades sindicais têm 24 horas para comunicar a suspensão da greve para todos os seus filiados. Em caso de descumprimento, a Justiça determina multa diária de R\$ 500 aos presidentes dos

sindicatos. O juiz ainda autorizou o uso de força policial em caso de tentativa dos grevistas de evitar a volta às aulas nas escolas da rede pública estadual. O Governo do Estado confirmou que vai descontar os dias parados dos professores.

A APP Sindicato, que representa os professores, informou que até as 18 horas de ontem não havia sido notificada da decisão da Justiça e que pretendia manter a paralisação, assim como o acampamento na Praça Nossa Senhora Salete. Segundo o secretário estadual da Educação, Fernando Xavier Ferreira, a paralisação gera diversos transtornos aos estudantes: além de prejuízo no conteúdo pedagógico. Também fica prejudicada a entrega da merenda, com as escolas fechadas. De acordo com a secretaria, a adesão à paralisação foi de 60%.

28 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Isolados por policiais, deputados aprovam projeto de reforma da Paranaprevidência

Em meio a protestos de funcionários públicos, a Assembleia Legislativa aprovou ontem, em primeira discussão, o projeto do governo do estado que muda a Paranaprevidência. Foram 31 votos a favor da reforma e 21 contra. O texto deve voltar amanhã ao plenário para segunda votação. Pela proposta, o pagamento de 33,5 mil servidores com idade acima de 73 anos – completados até o dia 30 de junho – será transferido do Tesouro Estadual para o Fundo Previdenciário.

28 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Assembleia aprova em 1.ª votação o projeto que muda a Paranaprevidência

2ª discussão deve ocorrer nesta quarta (29), em meio a protesto de milhares de servidores

Euclides Lucas Garcia

Por 31 votos contra 21, a Assembleia Legislativa aprovou nesta segunda-feira (27), em primeira discussão, o projeto do governo do estado que reforma a Paranaprevidência. Nesta terça-feira (28), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai se reunir para começar a avaliar as 16 emendas apresentadas ao texto. A tendência, porém, é que a proposta volte ao plenário para segunda discussão somente na quarta-feira (29), quando é esperada a presença de cerca de 20 mil servidores em frente da Casa.

Pelo projeto, o pagamento de 33,5 mil servidores com idade acima de 73 anos — completados até o próximo dia 30 de junho — passará a ser realizado pelo Fundo Previdenciário. A mudança desses inativos, que hoje são pagos pelo Tesouro Estadual, permitirá uma economia de R\$ 125 milhões por mês ao caixa do governo.

Durante a tramitação da proposta, o funcionalismo

público sugeriu dez mudanças no texto, mas apenas duas foram acatadas até agora. Cobrando mais tempo para debater o projeto, os professores da rede estadual decidiram entrar em greve a partir de segunda-feira (27) e começaram a vir em caravanas para Curitiba acompanhar a votação.

No entanto, sob a alegação de que está amparada em uma decisão judicial, a Mesa Executiva da Assembleia fechou as galerias do plenário. Do lado de fora, onde um trio elétrico transmite o áudio da sessão aos servidores, há um cordão de isolamento feito por centenas de policiais militares em torno de todo o prédio.

Tramitação

Único opositor na CCJ, o petista Péricles de Melo deve pedir vista para avaliar as emendas ao projeto. Como a proposta tramita em regime de urgência, ele terá de devolvê-las em 24 horas, o que deve forçar uma sessão extraordinária da comissão às 13h30 de quarta-feira (29). Pouco depois, às 14h30, a matéria será votada em segunda discussão no plenário, quando os deputados analisarão o mérito do projeto. Essa será a votação principal, e é a que gera o maior temor na Assembleia de que possa haver um confronto entre a PM e os servidores.

“O governador Beto Richa está fazendo isso não para salvar a previdência estadual, mas para fazer caixa para salvar um governo falido”, afirmou o vice-líder da oposição, Requião Filho (PMDB). Chamando o governador Beto Richa (PSDB) de “extermínio do futuro”, o peemedebista ressaltou que a proposta vai reduzir a solvência da Paranaprevidência de 57 anos para 29 anos. Ele ainda fez um desafio ao tucano para que envie um projeto à Assembleia reduzindo o percentual do orçamento do estado destinado a cada poder. “Compre briga com cachorro grande em vez de jogar a conta nas costas dos servidores.”

Líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB) acusou a oposição de fazer demagogia em torno do assunto. O peemedebista disse ainda que os dirigentes sindicais não explicaram a proposta às categorias do funcionalismo, transformando em debate político uma discussão que deveria ser eminentemente técnica. “As pessoas não dizem o que tem de ser dito. As aposentadorias jamais serão ameaçadas”, garantiu.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Pacote de ajuste fiscal também é aprovado

Com 12 emendas, os deputados também aprovaram nesta segunda-feira (27), em 2.^a e 3.^a discussões, o “pacotão” de ajuste fiscal do Executivo para tirar o estado da péssima situação financeira atual. Entre corte de gastos e aumento de receitas, o governo quer obter um saldo de R\$ 2 bilhões.

A proposta, por exemplo, permite ao Executivo vender débitos que tem a receber, no mercado privado, na forma de debêntures, a serem emitidas por Sociedade de Propósito Específico ou Fundo de Investimento. Essa foi a maneira encontrada para antecipar fluxos de caixa futuros com impostos em atraso sem comprometer a capacidade de endividamento prevista em lei.

Para atrair compradores — e devedores —, o governo aposta num programa de refinanciamento de dívidas contraídas até 2014, que oferecerá descontos de até 75% no valor das multas e de até 60% no valor dos juros. O projeto prevê ainda que empresas que deixarem de pagar ICMS por oito meses num período de um ano ou cuja dívida ultrapassar 30% do patrimônio ou do faturamento anual poderão ter bens arrolados e perderão benefícios fiscais.

Porém, o projeto está recheado de polêmicas. Uma delas torna os fundos estaduais — como o Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) — passíveis de uso para pagamento de folha ou outras despesas. Outro ponto reduz em até R\$ 3,5 bilhões o resultado primário — receitas menos despesas — para o período 2013-2016. A mudança vai adequar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao rombo das contas do governo Beto Richa em 2014, evitando uma possível reprovação por parte do Tribunal de Contas. (ELG)

28 ABR 2015

GAZETA DO POVO

PLACAR DA VOTAÇÃO

Veja como votaram os deputados estaduais, em primeira votação, no projeto de reforma da Parana Previdência:

A FAVOR - 37

Alexandre Curi (PMDB), Alexandre Guimarães (PSC), André Bueno (PDT), Artagão Jr. (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Cláudia Pereira (PSC), Cobra Repórter (PSC), Cristina Silvestri (PPS), Elio Rusch (DEM), Evandro Jr. (PSDB), Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavaca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Guto Silva (PSC), Hussein Bakri (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Luiz Carlos Martins (PSD), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Marcio Nunes (PSC), Maria Victoria (PP), Mauro Moraes (PSDB), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Nelson Justus (DEM), Paulo Litro (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Plauto Miró (DEM), Schiavinato (PP), Tiago Amaral (PSB), Tião Medeiros (PTB) e Wilmar Reichembach (PSC).

CONTRA - 21

Adelino Ribeiro (PSL), Ademir Bier (PMDB), Anibelli Neto (PMDB), Chico Brasileiro (PSD), Evandro Araújo (PSC), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Marcio Pacheco (PPL), Marcio Pauliki (PDT), Nelson Luersen (PDT), Ne-reu Moura (PMDB), Ney Le-prevost (PSD), Palozi (PSC), Paranhos (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Péricles de Mello (PT), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Re-quião Filho (PMDB), Tadeu Veneri (PT) e Tercilio Turini (PPS).

NAO VOTOU - 7

Dr. Batista (PMN)

*Como presidente, Ademar Traiano (PSDB) só vota em caso de empate.

DIVERGÊNCIAS

Deputados batem boca sobre cerco da PM

O cerco à Assembleia e a proibição de que qualquer cidadão pudesse ter acesso às galerias gerou um princípio de bate-boca entre o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), e alguns deputados. O tucano justificou aos colegas a decisão de pedir garantias judiciais de que a Assembleia conseguisse votar o projeto de lei da Parana Previdência. Segundo ele, era preciso garantir que a Casa cumpra o seu papel e a integridade dos parlamentares. “Vamos exercer o poder que o povo nos deu”, disse. “Respeito os professores, mas não compactuo com os vândalos — sempre os mesmos por sinal — que invadem a Casa.” Rasca Rodrigues (PV)

afirmou que a Assembleia caminha para um regime de exceção. O líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), disse que o interdito proibitório concedido pela Justiça proíbe a invasão da Casa, mas não o acesso às galerias. (ELG)

28 ABR 2015

GAZETA DO POVO

» ESCOLAS E UNIVERSIDADES

Justiça considera greve irregular

Desembargador determinou a volta imediata dos professores ao trabalho e aumentou a multa em caso de descumprimento

Antonio Senkovski

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) determinou na segunda-feira (27) que os professores das escolas e das universidades estaduais voltem imediatamente ao trabalho. As duas categorias retomaram suas respectivas greves, interrompidas em março, por causa da votação do projeto que altera as regras da Paraná previdência. As decisões são assinadas pelo desembargador Luiz Mateus de Lima. Há previsão de multas diárias de R\$ 40 mil e R\$ 10 mil para professores estaduais e de universidades, respectivamente.

O desembargador Luiz Mateus de Lima considerou a greve irregular por entender que houve descumprimento de decisão judicial. Em fevereiro, o governo já havia procurado a Justiça e tinha obtido liminares que determinavam a suspensão das greves. Como as paralisações foram interrompidas, as multas previstas na época não foram aplicadas. Mas agora, com o entendimento de desobediência às decisões, a APP-Sindicato, que representa os servidores do ensino fundamental e médio

do Paraná, teve o valor da multa resgatado e reajustado: subiu de R\$ 20 mil para R\$ 40 mil em caso de descumprimento. Já a multa diária para nove entidades sindicais do ensino superior passará de R\$ 3 mil para R\$ 10 mil.

No caso da greve dos professores, cujo réu é a APP-Sindicato, há a previsão de cinco dias para que a entidade sindical comprove que comunicou todos os seus filiados do teor da decisão. A multa para o descumprimento dessa determinação é de R\$ 500 por dia ao próprio presidente da APP.

No caso das universidades, a determinação do juiz também é para que todos os filiados a sindicatos das universidades estaduais sejam comunicados em até cinco dias. No caso de descumprimento, quem será responsabilizado é o presidente do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Sinduepg), que terá de pagar multa de R\$ 500 por dia.

Outrolado

Uma das diretoras da APP, Marlei Fernandes disse que a entidade sindical ainda não havia sido notificada oficialmente da decisão até às 20h de ontem. "A orientação até o momento é para a continuidade do movimento. Nós temos um pré-levantamento e chegamos ao número de 80% da categoria em greve neste primeiro dia da retomada. Fomos forçados a isso, infelizmente, a pauta do 'diálogo', que o governo sempre propaga como uma verdade, é uma mentira. A população vê que é mentira, o povo vê a quantidade de policiais aqui no Centro Cívico."

28 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Nova paralisação de professores divide opinião de pais e alunos

Raphael Marchiori

A nova paralisação dos professores estaduais, a segunda neste ano, iniciada na segunda-feira (27), divide opiniões de pais e alunos. O electricista José Barreto dos Santos, de 47 anos, se disse surpreendido com a nova greve ao levar a filha Gislaine para a aula. "Não fomos avisados. Só soube porque li no jornal", informou. Ele é contra o movimento. "Acho que (os professores) deveriam negociar mais e não estourar nos alunos, que terão o conteúdo das aulas achatado."

Também mãe de estudante, a costureira Jane Campos Duarte, de 55 anos, apoia o movimento dos professores. "A palavra tem de ser cumprida. Se o governo não cumpriu a palavra dele, que haja greve", disse, lembrando que os políticos também tiveram de passar pelos professores e hoje não os valorizam. A filha dela, Stefany, de 15 anos, está no 9.º ano do ensino fundamental e também aprova a manifestação. "Os professores precisam ser mais respeitados", afirma a menina.

O Sindicato dos Professores (APP-Sindicato) informou ter retomado a greve porque o governo descumpriu o acordo firmado em março. Desde o último domingo (26), as lideranças da entidade estão enviando moções aos deputados para que eles retirem ou rejeitem o Projeto de Lei 252/2015 — que trata das mudanças na previdência. A categoria também aprovou uma assembleia estadual permanente e a campanha salarial deste ano, que

engloba itens como carga-horária, porte das escolas, pagamento retroativo do piso nacional e o índice da data-base — que deve ficar em torno de 8% em 2015.

Procurada pela reportagem, a Secretaria Estadual de Educação (Seed) informou que cumpriu todos os itens acordados em março e que a greve afetará gravemente o ano letivo.

Agentes penitenciários

Os agentes penitenciários do Paraná também iniciaram uma paralisação na segunda-feira (27), afetando o atendimento de 30 mil detentos no estado. O principal motivo também é o desacordo com relação ao projeto de lei que modifica a Paraná-previdência. Serão mantidos nos presídios apenas os serviços essenciais: alimentação, emergências médicas e cumprimento de ordens judiciais, como alvarás de soltura. Segundo o sindicato dos agentes, a paralisação vai durar o período em que os servidores estiverem mobilizados na frente da Assembleia.

Secretaria de Educação diz que greve teve adesão de 60%; APP calcula 80%

A Secretaria Estadual de Educação (Seed) informou na segunda-feira (27) que 60% dos servidores da educação no Paraná aderiram à retomada da greve. A APP-Sindicato, que representa os funcionários e professores das escolas estaduais, contesta o número e calcula que a adesão tenha sido de 80%.

O Paraná tem cerca de 70 mil professores e mais de 20 mil funcionários, além de mais de 1 milhão de alunos.

No mesmo comunicado, a Seed diz que vai começar a descontar os dias parados dos professores que aderiram ao movimento. "Os Núcleos Regionais de Educação estão orientados a repassar à Secretaria de Estado da Educação a relação completa dos profissionais que aderiram à greve", diz o documento. O informe traz ainda a informação de que o acordo com os professores, firmado em março, teria sido cumprido integralmente.

A nota defende que o projeto de alterações no Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná foi amplamente discutido nos últimos 50 dias. Segundo o governo, não há mais o que possa ser dito contra a proposta. O documento traz a defesa do argumento de que o governo estadual quer proteger o sistema previdenciário e equilibrar o caixa do estado.

Diálogo

A professora Marlei Fernandes, uma das diretoras da APP-Sindicato, lamentou a medida tomada pelo estado. "O governo deveria abrir o diálogo com os educadores, e não ser novamente unilateral. Não concordamos com isso, vamos recorrer, vamos às últimas consequências para defender a nossa categoria." (AS)

CONTINUA

28 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENSINO SUPERIOR

Obras atrasam ano letivo em universidades

Antonio Senkovski
e Débora Mariotto Alves,
especial para a Gazeta do Povo

Mesmo com a determinação da Justiça para o retorno às atividades nas universidades estaduais, em muitas delas as aulas nem sequer começaram. Prédios sem piso, obras de banheiros que mal andam e construções de blocos paralisadas são alguns dos problemas enfrentados. Na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), em Paranguá, o calendário acadêmico foi definido apenas na última sexta-feira (24) – as aulas começam dia 4 de maio. O câmpus está em obras (**foto**) desde outubro de 2014, e não houve grandes mudanças no último mês. Os banheiros estão em fase de acabamento e poucas salas de aula têm lajotas. Na Universidade de Maringá (UEM) e na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) a história é parecida. Em Maringá, um complexo de saúde não concluído atrasa as aulas, e há expectativa pelo término do anfiteatro. Na Unicentro, a instituição está à espera de repasse de dinheiro do governo para concluir a construção de novos blocos com laboratórios e salas de aula. A Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) informou que há obras em todas as universidades estaduais, mas que o governo teve dificuldades em quitar os débitos neste primeiro trimestre. Segundo a Seti, até o fim de maio, 80% dos pagamentos relacionados a construções e reformas dessas instituições devem ser concluídos.

A decisão judicial que suspende as greves nas instituições que aprovaram a retomada do movimento deixa em aberto o que ocorrerá no calendário das instituições superiores do estado. Isso porque os sindicatos podem tentar recorrer da decisão. É o que já fez a Seção Sindical dos Docentes da Uniãoeste. "O desembargador foi precipitado, fato esse que nos levou a recorrer ainda nesta segunda. O que menos está nos preocupando é a agressão da Justiça, mas sim a nossa aposentadoria que agora fica indefinida", diz Antonio Bosi, diretor da entidade sindical.

BESSA

Uma casa de sorte

A Assembleia Legislativa parece ter mais sorte do que juízo. Depois de o Conselho de Ética da Casa arquivar na semana passada, por unanimidade, a robusta denúncia do Ministério Público contra o deputado Nelson Justus (DEM), causando reação imediata de várias entidades de classe do estado, como a OAB, Associação Comercial do Paraná e Federação das Indústrias do Estado, o Legislativo foi cercado novamente – ontem – pelos professores em vigília contra o projeto de ajuste fiscal do Executivo.

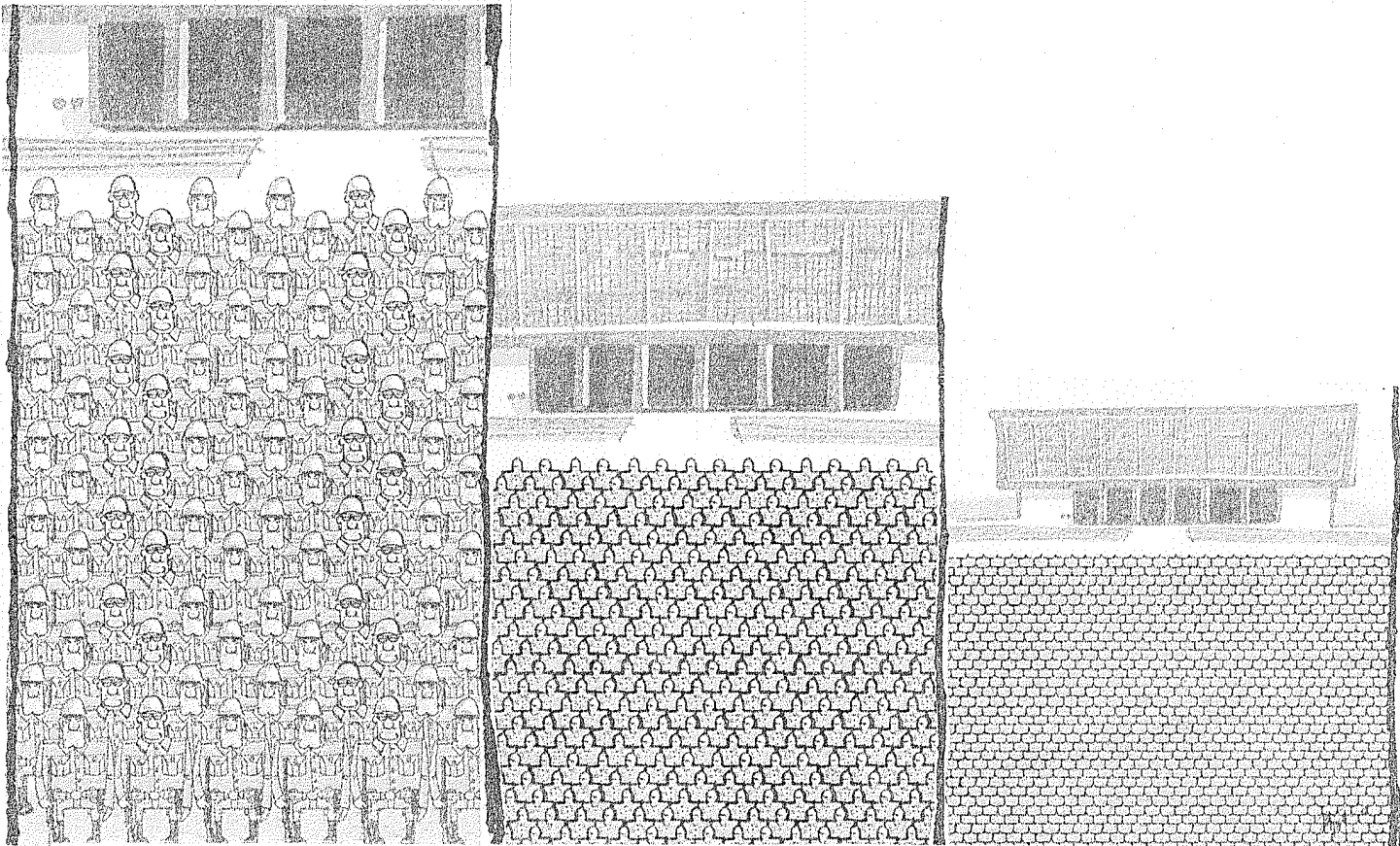


Entretanto, nenhuma voz da briososa APP-Sindicato, que representa os mestres estaduais, se levantou contra a demonstração explícita de corporativismo dos nobres parlamentares.

28 ABR 2015

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



Estado de sítio

Com o Centro Cívico sitiado por 1.500 policiais militares destacados para conter os ânimos de 5 mil manifestantes que ocuparam a Praça Nossa Senhora da Salette, o governo obteve nesta segunda-feira (27) suas primeiras vitórias para aprovar, em primeira discussão, dois projetos polêmicos de sua autoria. Um deles trata de ajuste fiscal — uma tentativa da Fazenda para angariar fundos mediante a venda de direitos sobre tributos vencidos e não pagos — e o outro, mais questionado, que faz alterações profundas no sistema previdenciário do servidor público.

O êxito do governo, que temia a repetição dos episódios de fevereiro, quando a massa invadiu as instalações da Assembleia e impediu a votação das versões originais dos mesmos projetos, se deveu ontem a uma conjunção de fatores:

● Os policiais convocados para a guarda da Assembleia eram em número três vezes maior do que aquele destacado no dia a dia para dar segurança à cidade inteira.

● Os PMs foram instruídos de modo muito rigoroso para que não se comportassem como em fevereiro, quando o imprevisto e a insatisfação dentro da própria corporação tornou-os, digamos, “benevolentes” demais com os manifestantes.

● A direção da Assembleia agiu preventivamente e não permitiu o acesso de ninguém às galerias do plenário. Para tanto, serviu-se de um “interdito proibitório” obtido na Justiça para não deixar que estranhos entrassem na “casa do povo”.

● Funcionou ainda a intimidação do Executivo, que também conseguiu uma decisão judicial considerando ilegais as greves decretadas pelo funcionalismo, o que lhe dá o poder de descontar dos salários os dias parados.

Reunidas, tais medidas beiram o que se entende por “estado de sítio” — situação excepcional que o país viveu inúmeras vezes sob governos autoritários desde a proclamação da República. Sob o nome agora de “estado de defesa”, o dispositivo está inscrito no artigo 136 da atual Constituição.

Na verdade, a cláusula só pode ser usada pelo presidente da República “para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social”. Serve para o governo poder usar a força, se necessário, em caso de iminente ameaça institucional.

Assim, durante um “estado de sítio”, o Executivo pode suspender temporariamente os direitos e garantias constitucionais, coletivos ou individuais, e até mesmo submeter os poderes Legislativo e Judiciário ao seu mando.

Pergunta-se: o que aconteceu nesta segunda no Paraná não se pareceu mesmo com o eufemístico “estado de defesa” previsto na Constituição?

Tá bem, que seja, é um exagero! Mas ver um espaço público cercado pela polícia para que o direito de ir e vir (também constitucional) não pudesse ser exercido com liberdade; ver as galerias da Assembleia fechadas ao público durante debates de alto interesse coletivo; saber que a Justiça colaborou para deixar o povo de fora; e ver lá dentro da Assembleia deputados em sua maioria obedientes e/ou silentes quanto às orientações palacianas — tudo isto lembra, sim, os velhos “estados de sítio”, impensáveis na democracia que imaginamos viver hoje em dia.

Por que chegamos a este ponto? Porque...

● Ao contrário da pregação de que o Paraná viveria um novo tempo marcado pela eficiência administrativa (que a propaganda difundiu sob o nome de choque de gestão), as finanças públicas caíram na mais profunda desordem, acumulando dívidas e cortando serviços essenciais.

● Ao contrário da proclamada disposição para o diálogo permanente, preferiu-se o caminho da imposição de medidas amargas pela via dos pacotes tributários e dos tratorações sobre o Legislativo.

● Ao contrário da boa vontade que os levou a garantir a reeleição e altos índices de aprovação ao atual governo, os paranaenses se mostram hoje arrependidos e dispostos a reagir ao desmando administrativo e ao autoritarismo político.

CONTINUA

28 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Somem-se também todos esses fatores para se concluir que tanto o “estado de sítio” quanto o desespero para encontrar soluções para os problemas que ele próprio criou só poderiam dar no que temos diante dos olhos ou sentimos na carne: na carga tributária estadual na estratosfera e no avanço a recursos que pertencem ao alheio.

No caso, o alheio é o próprio servidor público que, não tendo responsabilidade pela história do descontrole administrativo, vem sendo agora chamado a pagar a conta. Na forma, principalmente, das mudanças na Paranaprevidência, que põem em risco a poupança acumulada com os descontos no salário de cada um.

● O “estado de sítio” tende a continuar até a madrugada escura e provavelmente fria desta quarta-feira, 29 de abril, dia de Santa Catarina de Sena, que entrou para a história por seu trabalho em favor das vítimas da “peste negra”.

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

28 ABR 2015

Paranaprevidência 1

Estudos mostram que o Paraná foi o estado que teve a maior arrecadação de impostos e usou esse montante de forma errada. Agora querem consertar parte dos erros mexendo na Paranaprevidência (*Gazeta*, 27/4)? Que culpa temos nós, servidores, que contribuímos para garantir nosso futuro, dos erros do governo do Paraná? Já aumentaram impostos, pois agora que cortem na própria carne. Que a administração reduza secretarias e cargos comissionados, mas trate de não mexer com o nosso futuro.

Alzira Baena de Souza

Paranaprevidência 2

Todos os funcionários do estado do Paraná recolhem mensalmente, por meio de desconto em folha, um porcentual dos salários. O conjunto desses recolhimentos forma o fundo previdenciário, o qual vai cobrir os pagamentos de aposentadorias e pensões. Também garante o atendimento de saúde. O valor existente neste fundo previdenciário, portanto, pertence aos servidores e o governo do Paraná não tem direito de usar esse dinheiro. Ele é uma poupança do funcionalismo do Paraná.

Clotilde de L. Branco Germiniani

Cerco à Assembleia 1

Em 2011, as grades de ferro do Centro Cívico foram retiradas – depois de 12 anos cercando o espaço público – e o governador Beto Richa deu a seguinte declaração: “a praça é um local do povo, destinado às manifestações populares. Não é possível que esse espaço público fique cercado. Estamos fazendo um governo pautado pelo diálogo e a retirada das grades também simboliza o reconhecimento ao direito que todos têm de voz e liberdade”. E agora governador, como se explica o cerco à Assembleia?

Eloy Casagrande Jr.

Cerco à Assembleia 2

Os policiais militares que estão no Centro Cívico buscam manter a ordem. Quem colocou os nobres representantes do povo na Assembleia não foram os 23 mil policiais, foram os eleitores deste estado. Se existem problemas na segurança pública, não é por falta de empenho dos policiais.

Anderson Soares da Silva

Cerco à Assembleia

“Esse cerco no Centro Cívico deveria ser feito contra a corrupção no Paraná; e não contra os professores que trabalham honestamente e enfrentam condições difíceis nas escolas públicas (*Gazeta*, 27/4). São essas condições que deveriam ser avaliadas de perto pelos nossos governantes e pela sociedade paranaense.”

Maria Aparecida Honorato, via Facebook, na matéria “Professores voltam a confrontar-se com o governo em torno da previdência”.

Cerco à Assembleia 3

Não são os professores e demais categorias do funcionalismo público estadual que estão causando tanto transtorno para quem mora ou trabalha no Centro Cívico. A culpa é toda do governador Beto Richa e da bancada do camburão. Quem tem medo de povo não deveria entrar para a política.

Carlos Augusto Oliveira

Conselho de Ética 1

É lamentável que o Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Paraná se valha das entrelinhas do Regimento da Casa para se furtar da emissão de parecer sobre os atos do deputado Nelson Justus, quando ocupava a presidência do Legislativo. Até quando os eleitores terão de conviver com o corporativismo dos homens públicos? Não honram o mandato recebido do povo.

Ivani Omura

Conselho de Ética 2

A Operação Lava Jato parece não ter sensibilizado os deputados paranaenses quanto à necessidade de lisura administrativa por parte dos homens públicos, principalmente os detentores de cargos eletivos. O arquivamento do processo contra o ex-presidente da Assembleia pelo Conselho de Ética, Nelson Justus, (*Gazeta* 23/4) é um acinte à sociedade paranaense e uma demonstração do mais rançoso corporativismo. A causa própria ainda fala mais alto que o clamor público nos plenários legislativos.

Luiz F. Mazzarotto

28 ABR 2015

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO PUBLICANO

Justiça denuncia 62 por corrupção na Receita Estadual

De acordo com o Gaeco, o esquema consistia na cobrança de propina para livrar empresários de dívidas milionárias com o Fisco

LONDRINA

Da Redação do Jornal de Londrina

A juíza substituta da 3.ª Vara Criminal de Londrina, Déborah Pena, acatou nesta segunda-feira (27) denúncia contra 62 pessoas investigadas pela Operação Publicano. O grupo é suspeito de formar uma “organização criminosa” que fraudava a Receita Estadual, de acordo com o Ministério Público (MP).

O principal alvo é o ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual Márcio de Albuquerque Lima, que teve a prisão preventiva decretada em 20 de março e está foragido há 38 dias.

Lima, que foi companheiro do governador Beto Richa (PSDB) em provas de automobilismo, é considerado o chefe de um suposto esquema de cobrança de propina em troca de favorecimento à sonegação fiscal. Também participariam do esquema auditores fiscais, contadores e empresários, todos agora réus. A reportagem apurou que a mulher de Lima, a também auditora Ana Paula Li-

ma, teve a prisão preventiva decretada. Ela entrou em férias em 23 de março, três dias depois que a prisão do marido foi decretada, e deveria ter voltado a trabalhar na semana passada. Até agora, isso não ocorreu.

Entre os denunciados, 14 estão presos e três foragidos. Os presos são dez auditores fiscais, um policial civil, uma servidora pública, um empresário e um gerente administrativo. Os foragidos são três auditores fiscais: além de Lima e de Ana Paula, Miguel Arcanjo Dias.

As investigações começaram há cerca de 10 meses. De acordo com o Gaeco (braço policial do MP), o grupo de auditores fiscais achava empresários desde a década de 1990, mas tomou o formato atual em 2010. Eles são acusados de cobrar propina para não fiscalizar ou dar proteção às empresas devedoras de impostos. Quem não pagava propina era punido com multas pesadas. Por meio do esquema, dívidas milionárias com a Receita Estadual eram trocadas por valores em torno de R\$200 mil. Os auditores também são acusados de atuar por meio de “empresas de fachada”, que faziam transações financeiras fictícias com o objetivo de gerar créditos de ICMS. O Gaeco ainda não tem uma avaliação sobre o tamanho do rombo que teria sido provocado pelo esquema.

Lastro político

Na avaliação dos investigadores, o funcionamento do esquema só foi possível porque os auditores teriam um “lastro político”, que será apurado numa nova fase da Operação Publicano. Outra consideração é a de que a “organização criminosa”, como se refere o MP, fazia uso de cargos de chefia e se tornou mais ousada a partir da nomeação de Lima para a função de inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual.

CONTINUA

28 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

**Defesa de principal
investigado deve se
pronunciar nesta terça**

O advogado Douglas Maranhão, que defende o auditor fiscal Márcio de Albuquerque Lima, disse que só irá se pronunciar nesta terça-feira (28) sobre a denúncia do MP. Antes, ele quer verificar se a denúncia foi acatada na íntegra. Maranhão também vai defender Ana Paula Lima, que teve a prisão preventiva decretada. Ela é acusada de fazer parte do esquema e de ter tentado esconder documentos.

O promotor Cláudio Esteves, coordenador do Gaeco em Londrina, não quis comentar a decisão da 3ª Vara Criminal. A Secretaria Estadual da Fazenda (Sefa) informou que a Receita Estadual abriu processo para apurar abandono de emprego contra o auditor fiscal Miguel Arcanjo Dias, que teve a prisão preventiva decretada há 33 dias e completou, na última sexta-feira (24), 30 dias sem trabalhar. O advogado de Dias, Eduardo Duarte Ferreira, afirmou que há jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerando que fuga em caso de prisão preventiva não é abandono de emprego.

28 ABR 2015

GAZETA DO POVO

» SUPREMO

Fachin está apto para assumir o STF, diz Alvaro Dias

¶ Em parecer distribuído nesta segunda-feira (27) aos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o senador Alvaro Dias (PSDB) defende a indicação do paranaense Luiz Edson Fachin para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). O relatório, de oito páginas, deve ser lido em sessão do colegiado desta quarta (29). A sabatina será no dia 6 de maio.

No documento, o senador considera Fachin um cidadão com “convicções democráticas e humanistas” e ressalta as manifestações de apoio de vários setores à indicação do advogado que poderá assumir a vaga deixada no ano passado pelo então ministro Joaquim Barbosa. “Em suma, Luiz Edson Fachin tem atuação reconhecida e respeitada tanto na advocacia quanto na seara da produção científica ou na atividade docente. Trata-se de um cidadão de sólidas convicções democráticas e humanistas”, diz trecho do relatório.

Parte do documento também é composta por informações do currículo do advogado, que tem ligações com o PT e o Movimento do Sem Terra (MST). “O exame do currículo de Luiz Edson Fachin revela que sua senhoria reúne plenamente os atributos constitucionais de notório saber jurídico e reputação ilibada, e se encontra apto a ocupar com dignidade e competência uma cadeira na Suprema Corte”, defende o relator. Na tentativa de convencer os inte-

grantes do colegiado, ao longo do parecer, também é destacado o apoio público de alguns setores à indicação.

“A indicação do nome de Luiz Edson Fachin para o cargo de Ministro do STF recebeu amplo respaldo das comunidades jurídicas paranaense e brasileira. Não cabem, nos estreitos limites deste relatório, as transcrições de todas elas. Escolhemos pecar por omissão, para não deixar de transcrever algumas das que entendemos relevantes. Menciono e destaco, entre os apoios recebidos, aqueles provenientes de juristas, advogados, magistrados, procuradores e outros que laboram no mundo jurídico no estado do Paraná”, lembra o relator.

NOTA POLÍTICA

Apoio incondicional

Os professores da USP divulgam nesta terça-feira (28) uma carta de apoio à indicação do jurista paranaense Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal (STF). Indicado pela presidente Dilma Rousseff, Fachin precisa ser sabatinado e aprovado pelo Senado para ocupar a cadeira deixada por Joaquim Barbosa, agora aposentado. O material será enviado aos senadores. “Comprometidos com o interesse público para além de qualquer preferência ideológica ou partidária, os professores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no Largo de São Francisco que subscrevem esta Carta asseguram ao Senado da República e ao povo brasileiro por ele representado que o Dr. Luiz Edson Fachin atende, com louvor, aos mencionados pressupostos constitucionais”, diz trecho do texto.

28 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Supremo julga pedido de liberdade de executivo preso desde novembro

Para advogados, decisão favorável pode levar
empresários a desistir de delação premiada

**Ministros do STF
criticam 'excesso de
prazo' de prisões e dizem
acreditar na soltura
do executivo da UTC**

ANDRÉIA SADI
MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O STF (Supremo Tribunal Federal) vai julgar nesta terça-feira (28) um habeas corpus que pode revogar a prisão do executivo Ricardo Pessoa, da construtora UTC, preso em novembro nas investigações da Operação Lava Jato.

O pedido de soltura será analisado pela segunda turma do STF, presidida pelo ministro Teori Zavascki e composta por Gilmar Mendes, Carmen Lúcia, Dias Toffoli e Celso de Mello.

Os ministros também devem analisar os pedidos de liberdade de Agenor Franklin Magalhães Medeiros, diretor-presidente da Área Internacional da OAS, e de José Ricardo Nogueira Breghirolli, funcionário da construtora.

A análise do habeas corpus de Pessoa criou expectativa entre advogados que atuam na Operação Lava Jato.

Os defensores esperam que uma eventual decisão a favor do executivo abra uma "luz

no fim do túnel" para os demais presos e até mude os rumos da investigação.

Para eles, com a eventual soltura de Pessoa, alguns empresários podem desistir de fazer delação premiada e obter o benefício de cumprir uma pena menor na cadeia.

Até agora, só foram soltos os que concordaram em revelar detalhes do esquema de corrupção, como executivos da Camargo Corrêa.

Advogados dos réus acusam o juiz Sérgio Moro, condutor de processos da Lava Jato, de decretar prisões para forçar confissões, o que o magistrado refuta.

Reservadamente, ministros do STF ouvidos pela Folha criticam o "excesso de prazo" das prisões de alguns investigados e acreditam na soltura do executivo da UTC.

O advogado de Pessoa, Alberto Toron, disse que foi avisado do julgamento pelo gabinete de Zavascki. "Fiquei feliz e estou esperançoso."

SUSPEITAS

O executivo da UTC foi preso pela Polícia Federal em 14 de novembro, junto a outros dez executivos de empreiteiras, entre eles o presidente da OAS (Léo Pinheiro).

Delatores da Lava Jato apontaram Ricardo Pessoa como o coordenador de um cartel que fraudava licitações da Petrobras.

O engenheiro também é sócio do doleiro Alberto Youssef em um hotel e em um empreendimento imobiliário.

O executivo chegou a discutir uma delação premiada com investigadores da Operação Lava Jato, mas as negociações entraram em banho-maria em março.

A OAS seria uma das firmas que participavam do cartel, segundo o juiz Sergio Moro. Para o magistrado, Medeiros estaria entre os "principais responsáveis pelo esquema criminoso na OAS".

28 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

AVAI

A ministra Kátia Abreu, da Agricultura, está apoiando, nos bastidores, a indicação de Luiz Fachin para o STF (Supremo Tribunal Federal). Embora já tenha mostrado simpatia pelo MST (Movimento Sem Terra), o jurista tem sinalizado que não se alinhará com as demandas do movimento na corte.

PAINEL

Ao papo Luiz Fachin esteve nesta segunda-feira com Michel Temer. Quer o apoio do vice e articulador político para acalmar o PMDB do Senado e evitar surpresa na votação de sua indicação.

28 ABR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF vai decidir legalidade de cobrança de IR sobre juros de mora

O recurso foi interposto pela União contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região

O Supremo Tribunal Federal decidirá se é constitucional a cobrança do Imposto de Renda sobre juros de mora incidentes sobre verbas salariais e previdenciárias pagas em atraso. O tema, com repercussão geral reconhecida por unanimidade no Plenário Virtual da corte, será debatido no Recurso Extraordinário 855.091, de relatoria do ministro Dias Toffoli.

O recurso foi interposto pela União contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que declarou a inconstitucionalidade de dispositivos legais que classificavam como rendimentos de trabalho assalariado os juros de mora e quaisquer outras indenizações pagas pelo atraso no pagamento de remuneração salarial, e admitiam a cobrança de imposto de renda sobre essas parcelas.

O acórdão do TRF-4 assentou que o parágrafo único do artigo 16 da Lei 4.506/1964 (que classifica juros como sendo de natureza salarial) não foi recepcionado pela Constituição de 1988 e declarou a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do parágrafo 1º

do artigo 3º da Lei 7.713/1988 e do artigo 43, inciso II, parágrafo 1º, do Código Tributário Nacional. Segundo o entendimento do TRT, os juros legais moratórios são, por natureza, verba indenizatória dos prejuízos causados ao credor pelo pagamento extemporâneo de seu crédito.

“A mora no pagamento de verba trabalhista, salarial e previdenciária, cuja natureza é notoriamente alimentar, impõe ao credor a privação de bens essenciais, podendo ocasionar até mesmo o seu endividamento a fim de cumprir os compromissos assumidos. A indenização, por meio dos juros moratórios, visa à compensação das perdas sofridas pelo credor em virtude da mora do devedor, não possuindo qualquer conotação de riqueza nova a autorizar sua tributação pelo imposto de renda”, diz trecho do acórdão impugnado.

A União recorreu do Supremo argumentando que o TRF-4, ao acolher arguição de inconstitucionalidade da legislação referente à matéria, decidiu em desacordo

com a interpretação proferida pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso especial repetitivo. Alega que o fato de uma verba ter natureza indenizatória, por si só, não significa que o seu recebimento não represente um acréscimo financeiro, e requer seja reafirmada a compatibilidade dos dispositivos declarados inconstitucionais com o artigo 153, inciso III, da Constituição Federal.

28 ABR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REAJUSTE DE PLANO DE SAÚDE DEVIDO À IDADE NÃO É MEDIDA ABUSIVA

Reajuste de mensalidade em planos de saúde devido à idade do segurado não é medida abusiva. O entendimento é da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça que acolheu recurso especial da Amil Assistência Médica Internacional para reformar decisão que reprovou o reajuste de mensalidades de planos de saúde em razão da idade.

“Nos contratos de plano de saúde, os valores cobrados a título de mensalidade devem guardar proporção com o aumento da demanda dos serviços prestados”, definiu o colegiado.

O Ministério Público interpôs Ação Civil Pública alegando abuso nos reajustes das mensalidades dos planos de saúde com base exclusivamente na mudança de faixa etária. A ação foi julgada procedente em primeira instância, e a sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. No STJ, a relatora, ministra Nancy Andrighi, votou pela manutenção do acórdão, mas ficou vencida. Prevaleceu o voto do ministro João Otávio de Noronha.

Noronha afirmou que a discriminação, fomentada pelo

preconceito, é ato coibido pelo ordenamento jurídico, como prevê o artigo 15, parágrafo 3º do Estatuto do Idoso — que veda “a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade”.

Para ele, no entanto, a legislação não impede que haja reajuste sob outra justificativa. “Não se extrai de tal norma interpretação que determine, abstratamente, que se repute abusivo todo e qualquer reajuste que se baseie em mudança de faixa etária, como pretende o promovente desta Ação Civil Pública, mas tão somente o reajuste discriminante, desarrazoado, que, em concreto, traduza verdadeiro fator de discriminação do idoso, justamente por visar dificultar ou impedir sua permanência no plano”, afirmou em seu voto.

“Os planos de saúde são cobrados conforme a demanda dos usuários e ajustados de forma que aquele que mais se utiliza do plano arque com os custos disso. Isso se faz por previsões. Daí o critério de faixa etária”, declarou Noronha.

STJ MANTÉM MULTA À IPIRANGA DE R\$ 5 MILHÕES POR ACIDENTE AMBIENTAL


O poluidor responde administrativamente de forma objetiva pela degradação ambiental. Por essa razão, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça considerou correta a multa de R\$ 5 milhões aplicada pela Secretaria do Meio Ambiente de Guapimirim (RJ) à Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga pelo derramamento de óleo diesel em área de preservação ambiental.

Em 2005, a Ipiranga foi autuada e multada em R\$ 5 milhões pela Secretaria do Meio Ambiente municipal em razão do derramamento de cerca de 70 mil litros de óleo diesel no rio Caceribu e na baía de Guanabara. O acidente foi provocado pela transportadora contratada pela Ipiranga, durante transporte ferroviário entre os municípios de Itaboraí e Campos dos Goytacazes.

28 ABR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça declara greve ilegal e determina retorno às aulas

 O desembargador Luiz Mateus de Lima, do Tribunal de Justiça do Paraná, determinou nesta segunda-feira (27), por meio de duas liminares, que os professores estaduais e universitários em greve retornem imediatamente às aulas. A Justiça considerou a greve ilegal e levou em consideração as liminares emitidas em fevereiro para ampliar o valor da multa diária para

caso de descumprimento da decisão.

A multa para a APP-Sindicato passará de R\$ 20 mil para R\$ 40 mil. Já a multa diária para onze entidades sindicais, que representam o ensino superior, passará de R\$ 3 mil para R\$ 10 mil. "Assim, haja vista a evidente resistência ao cumprimento da ordem judicial anteriormente proferida, é de rigor majorar o valor da multa diária fixada", diz o despacho. ♣

Infratores de trânsito prestam serviço no Hospital Justiça determinou penas alternativas para condenados

Ação de integração entre a Vara Criminal do Fórum de São José dos Pinhais, Polícia de Trânsito e Prefeitura, por meio das Secretarias de Saúde e de Transportes e Trânsito, determinará que o cumprimento de penas alternativas a pessoas alcoolizadas e sentenciadas por crimes de trânsito seja feito em forma de trabalhos sociais no Hospital e Maternidade São José a partir de maio.

De acordo com Augusto Gluszczyk Júnior, juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de São José dos Pinhais e idealizador do projeto, o programa viabiliza uma pena mais educativa ao infrator, mostrando-o as consequências do uso de álcool ao volante para as pessoas vítimas de acidentes de trânsito. ♣